



**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N \_\_\_\_\_, DE 2019**  
(Da Sra. Clarissa Garotinho)

Fica alterado o art. 21 da constituição federal para instituir o fundo constitucional da unidade federativa criada a partir da fusão da antiga capital e estipular o prazo de 10 (dez anos) para o funcionamento dos fundos constitucionais previstos no inciso XIV deste artigo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica alterado o art. 21 da Constituição Federal que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 21 (...)

(...)

XIV – auxiliar a organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos do Distrito Federal e da unidade federativa que se formou a partir da fusão da antiga capital, por meio de fundos próprios.

(...)

Parágrafo Único: Os fundos de que tratam o inciso XIV vigorarão pelo prazo de dez anos, a partir da data de instituição do último fundo.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Com a ocupação de Lisboa pelos franceses e a chegada da Corte em 1808, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira capital do Brasil emancipado, como hoje o conhecemos. Na condição de Corte e, depois de 1889, de Distrito Federal, na qualidade de maior e mais importante cidade do país, o Rio exerceu papel decisivo na formação do Estado brasileiro, de sua sociedade civil e da cultura nacional.



Em 1960, a cidade do Rio perdeu formalmente o *status* de capital para Brasília. Na prática, o novo Estado da Guanabara dividiu as funções de capital com o novo distrito federal por mais dez anos. Os ministérios e embaixadas só foram transferidos definitivamente na década de 1970.

A transferência da capital para o centro-oeste do país, foi feita sem colocar em ação qualquer plano de compensações para o Rio, acionando uma “bomba-relógio”. O antigo Distrito Federal foi abandonado à própria sorte, sem qualquer perspectiva de futuro, após 197 anos na função de coração nacional. Quando a Lei 3.752 de 14 de abril de 1960 converteu o antigo DF em Estado da Guanabara cortou-se inclusive a ajuda federal oferecida para custeio da Justiça e segurança pública da cidade-Estado. Não houve em nenhum momento qualquer indenização.

Ao invés de compensar a população carioca com um plano estratégico de desenvolvimento, o governo federal apenas se limitou a transformar a então Guanabara no centro de um novo Estado artificial.

Economistas, cientistas políticos e historiadores são quase unânimes em remeter a este período o início da decadência econômica da região fluminense, a partir do qual ela perdeu um terço da participação no PIB nacional. A situação foi agravada pela fusão entre Guanabara e Rio de Janeiro, quinze anos depois, a fim de rebaixar a cidade do Rio à condição de um município como outro qualquer.

“Em 15 anos, a cidade do Rio, de Distrito Federal, descera à condição de estado para terminar como ‘um município como outro qualquer’. Pela segunda vez, a União não indenizava a região fluminense pelas decisões que lhe impunham e comprometiam o seu futuro. Tal qual se passara com a criação do estado da Guanabara, a lei complementar que regulou a fusão não concedeu qualquer compensação ou indenização a nenhum dos lados. Houve fartas promessas de investimentos, naturalmente descumpridas”, diz Christian Lynch, professor da UERJ e cientista político.

Mauro Osório, Economista e Doutor em Planejamento Urbano e Regional, também concorda com esta tese:

“Nos anos 1970, consolida-se a transferência da capital para Brasília, e o Rio começa a ser lanterna em dinamismo econômico. Não houve qualquer discussão sobre os rumos da cidade depois que ela deixou de ser a capital do país.”

Segundo o escritor Alexandre Santini: “a fusão concentrou todas as vantagens na cidade do Rio, e espalhou as desvantagens pelo resto do estado. Um acordo em que primeiramente só uma parte se beneficiou. Investimentos, infra-estrutura, serviços públicos, produção de conhecimento, indústria cultural, imprensa ficavam na Guanabara, enquanto os problemas iam se acumulando no interior. Sem planejamento, identificação de potencialidades, diversificação da atividade econômica, incentivo à permanência nas áreas rurais e pequenas cidades, o interior passou a ostentar indicadores sociais e econômicos equivalentes às regiões pobres do sertão nordestino. A região metropolitana por sua vez sofreu com a explosão demográfica e o crescimento desordenado, improvisado e carente de infra-estrutura.”



Após mais de meio século da transferência da capital , o futuro chegou e cobra a conta dos erros cometidos no passado. Desde a fusão, o Estado do Rio de Janeiro, e em alguns momentos a sua capital, vem passando por diversas crises. Cito apenas alguns exemplos que ilustram estas crises:

1 - No ano de 1988, Saturnino Braga, então prefeito do Rio, “decretou a falência da cidade”. Salários dos servidores públicos em atraso, greves e piquetes, dívidas com prestadores de serviço e fornecedores, hospitais funcionando de maneira precária, falta de professores e de merenda nas escolas eram alguns dos problemas recorrentes na cidade.

2 - Entre o ano de 1995 e 1998 o Rio viveu uma enorme crise em sua administração estadual. Em 1996, foi aprovado um plano de demissão voluntária. Ao menos nove mil servidores deixaram o funcionalismo. As rescisões foram pagas com a ajuda da União, por meio de um empréstimo. Os pagamentos do 13º salário atrasaram em 1995 e 1996.

3 - No ano de no ano de 1999 o ERJ ainda não tinha renegociado a sua dívida com a união, enquanto todos os outros estados já tinham equacionado este problema. Alguns classificavam a dívida fluminense como inegociável.

4 - Já no ano de 2005 sofremos uma intervenção federal na área da saúde. O motivo para a sua decretação foi o caos no atendimento dos hospitais, com matérias diárias na imprensa sobre falta de pessoal e remédios, quebra de equipamentos, infiltrações, presença de insetos e outros animais e até mesmo queda de reboco do teto sobre pacientes.

5 - Desde o ano de 2015 o Rio também vem enfrentando uma grave crise econômica, que resultou em atrasos de salários, fechamento de diversos serviços prestados e por fim na decretação de um Estado de calamidade financeira.

6 - Esta mais recente crise econômica teve reflexos em outras áreas. No ano de 2018, o Governo Federal se viu obrigado a decretar, com a aprovação do congresso nacional, intervenção na área de segurança pública do Estado do Rio. A partir de então, a segurança do ERJ passou a ser controlada e custeada pela união, através da nomeação de um interventor para a área.

Enfrentar a crise atual do Estado do Rio significa olhar para estes problemas históricos e desencadear uma série de iniciativas que venham corrigi-los ou apenas minimizar seus efeitos perante a população. O Governo Federal não tem sido capaz de pensar estrategicamente sua antiga capital. Ele tem apenas se limitado a usar o Rio, de tempos em tempos, como a vitrine nacional que Brasília nunca conseguiu se tornar, como se viu na “Rio Eco 92”, no Pan Americano de 2007 e nas Olimpíadas ou em muitos outros eventos internacionais.

Na minha opinião, não há mais espaço para discutir a “desfusão”, com o retorno do antigo Estado da Guanabara, inclusive pelo alto custo que esta ação exigiria. Este processo de recuperação do ERJ exige soluções estruturantes e estratégias de longo prazo. Para isto, como ponto de partida para a reestruturação do Rio de Janeiro, e como forma definitiva de indenizar o Estado pela fusão, propomos a criação de um fundo constitucional para o Rio, nos moldes do existente para Brasília.



Os recursos destinados para a nova capital seriam repartidos com o antigo distrito federal, como forma de indenização pela fusão, e após o décimo ano, os dois fundos seriam extintos. Proponho a criação de uma janela de oportunidades, para que durante o período de 10 anos, o Rio possa investir em segurança pública e ao mesmo tempo realizar os investimentos necessários para o desenvolvimento equilibrado do nosso Estado.

O Rio de Janeiro é um Estado muito importante para ser abandonado à própria sorte. Os especialistas são contundentes ao afirmarem que os problemas do Rio se agravaram profundamente após a realização de uma fusão sem qualquer estratégia de integração e de desenvolvimento econômico regional.

No entanto, a despeito de todos os problemas, o Rio continua a ser o principal símbolo do nosso país e sua principal referência. É sua sala de visitas, possui os principais cartões postais, é o seu principal polo cultural e tudo que nela acontece reverbera, para o bem e para o mal, aqui e no exterior. O Rio é sede da Marinha, de boa parte do exército, das estatais federais, dos hospitais federais, dos museus nacionais, e de boa parte da administração direta que aqui permaneceu: Arquivo Nacional, FUNARTE, Casa de Rui Barbosa, FIOCRUZ, IRB, CVM, INPI, ANCINE, Casa da Moeda, CBPF, Biblioteca Nacional, etc. Sem falar de instituições nacionais por excelência, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por todas estas características, em qualquer lugar do mundo inteligente, o Rio de Janeiro teria um tratamento diferenciado por parte do governo federal, principalmente por causa do impacto que seus problemas e virtudes causam na imagem do país.

Vale destacar que a Nova Capital federal já está instalada à quase 60 anos. Por possuir características de cidade-estado, Brasília recolhe para o mesmo cofre impostos estaduais e municipais, como: ICMS, IPVA, IPTU e ISS.

De acordo com o senso do IBGE (2010) Brasília possui 2,4 milhões de habitantes, mas passados quase 10 anos, projeções apontam que a nova capital já atingiu a marca de 3 milhões de pessoas.

Por conta da grande concentração do funcionalismo público federal, o rendimento domiciliar per capita no Distrito Federal foi de R\$ 2,5 mil por mês, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foi o maior valor registrado em uma unidade da Federação, com ampla margem para o 2º colocado, São Paulo (R\$ 1,9 mil por mês).

Brasília também permanece com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do País, por indivíduo, (dados de 2016). A capital brasileira atingiu R\$ 79.099,77 no PIB *per capita*. O valor é 2,6 vezes maior do que o nacional, de R\$ 30.411.

Todos estes dados já dão indícios de que a nova capital reúne condições de dar passos próprios sem o auxílio direto da União, via fundo constitucional.

Após os 10 anos propostos pela PEC, os recursos que compõe estes fundos deverão retornar para a união para que sejam investidos em outras regiões mais pobres do país. Sendo assim, solicito



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

a aprovação da presente proposta de emenda a constituição que se apresenta com início, meio e fim: 1 - Corrige-se um falha histórica com o Estado do Rio de Janeiro ao não oferecer qualquer tipo de indenização após a transferência da capital para o Centro-Oeste e posteriormente pela fusão entre o antigo Estado do Rio e o Estado da Guanabara. 2 - Permite-se que agora, pelo período de 10 anos o Estado do Rio possa se reestruturar e encerrar definitivamente este capítulo sobre a transferência da capital e 3 - dar fim a este benefício tanto para antiga quanto para a nova capital, permitindo que o governo federal possa investir em infraestrutura nas demais regiões do Brasil.

Sala das Sessões, de setembro de 2019

**Deputada CLARISSA GAROTINHO**  
**PROS/RJ**



**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N \_\_\_\_\_, DE 2019**  
(Da Sra. Clarissa Garotinho)

Fica alterado o art. 21 da constituição federal para instituir o fundo constitucional da unidade federativa criada a partir da fusão da antiga capital e estipular o prazo de 10 (dez anos) para o funcionamento dos fundos constitucionais previstos no inciso XIV deste artigo.

GAB	Nome do Deputado	Assinatura do Deputado



CÂMARA DOS DEPUTADOS


Apresentação: 19/09/2019 18:00

PEC n.148/2019